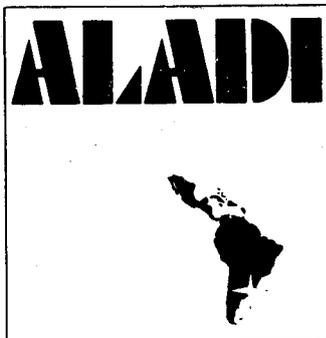


Conferencia de Evaluación y Convergencia

Oitavo Período de Sessões Extraordinárias
26 de outubro de 1987
Montevideu - Uruguai



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

ALADI/C.EC/VIII-E/Quinta Sessão
Plenária
25 de abril de 1988
Hora: 16h 20m às 17h 05m
Publicado: 14 de novembro de 1988

ORDEM DO DIA

Reinício das atividades do Oitavo Período de Sessões Extraordinárias da Conferência.

Preside:

ANTONIO FELIX LOPEZ ACOSTA

Assistem: Ricardo Campero, María Esther Bondanza, Horacio Doval, Rodolfo Rodríguez, Feliciano Fernández e Stella Sturla (Argentina); Alfonso Revollo, Sara del Carmen Valverde e María Cecilia Moreno Velasco (Bolívia); Samuel Pinheiro Guimarães, Armando Sérgio Frazão, Renato Luiz Rodrigues Marques, Antonio Patriota, Rosária da Costa Baptista, Yvan Paes Bentes Monteiro, José Frederico Alvares, José Geraldo Maciel e Hermano Telles Ribeiro (Brasil); Alfonso Gómez Gómez, Jayro Montoya, Bessie Muñoz de Alvarez, Augusto Zuluaga e Gustavo Guzmán (Colômbia); Juan Guillermo Toro Dávila, Manuel Valencia Astorga e Miguel Angel González Morales (Chile); Fernando Ribadeneira, Juan Casals, Roberto Betancourt Ruales e Alfonso Pérez Serrano (Equador); Alejandro Castellón Garcini, Eduardo Alcaraz, Andrés Falcón Mateos, Dora Rodríguez, José Pedro Pereyra Hernández e Jorge Ramírez Guerrero (México); Antonio Félix López Acosta, Santiago Amarilla Vargas e Emilio Giménez (Paraguai); Jorge Del Campo Vidal, Jesús Angulo Mariátegui e Juan Carlos Gamarra Skeels (Peru); Gustavo Magariños, Carlos Zeballos, Rosario Fons e María Angélica Peña de Pérez (Uruguai); Fanny Lugo de Gómez, Santos Sancler Guevara, Migdalia Mora Aracaya, Juan Salazar Rondón, Freddy Jabano e Jorge Emilio Sosa (Venezuela).

Secretário-Geral: Norberto Bertaina.

Secretário-Geral Adjunto: Jaime Quijandria.

Secretaria: Carlos Ons e Néstor W. Ruocco.

//

PRESIDENTE. Abre-se a sessão e reiniciam-se as atividades do Oitavo Período de Sessões Extraordinárias da Conferência de Avaliação e Convergência.

Tal como acordado em reunião privada de Chefes de Delegação, aproveitar-se-á esta sessão plenária para se algumas Delegações desejarem informar sobre os progressos, contatos negociadores bilaterais realizados desde o acordado in tervalo até a data e, ao mesmo tempo, considerar as propostas que algumas Delegações apresentaram com referência ao tema em questão, dar-lhes oportunidade de entrada e, posteriormente, ver se é necessária uma reunião da Comissão de Coordenação.

Ofereço a palavra.

Delegação da ARGENTINA (Ricardo Campero). Senhor Presidente, desejaríamos manifestar, em primeiro lugar, que viamos com pesar que a Resolução 15 (III) do Conselho de Ministros estava bastante paralizada não somente quanto a sua aplicação imaginada pelo mais alto corpo da ALADI, que tinha decidido começar esta figura a partir de primeiro de janeiro, senão que também os mecanismos adicionais que fomos imaginando nesta Conferência e em outros órgãos da ALADI para os efeitos da negociação não deram frutos. Não deram frutos como consequência de diferentes circunstâncias de natureza econômica, das próprias técnicas de negociação, mas o certo é que nos encontramos praticamente a mais de um ano da Resolução do Conselho de Ministros e nos encontramos quase na mesma situação que naquele momento.

O Programa de Recuperação e Expansão do Comércio foi imaginado como um elemento complementar da preferência tarifária regional, uma vez que tínhamos que com um maior aprofundamento, de acordo com os níveis propostos pela Delegação do México, podia afetar nossas produções nacionais.

Tratou-se então de procurar um objeto onde as produções nacionais não estivessem afetadas pelo grau de aprofundamento da preferência sugerida pela Delegação do México. E no transcurso das negociações fomos observando que, inclusive, os tratamentos tarifários diferenciados, de acordo com a categoria de país, embora não concorressem neste temor que tínhamos de afetar produções nacionais, podiam concorrer no sentido de gerar desequilíbrios na região.

E fomos -tal como havíamos previsto- tentando abrir caminho ao andar, imaginando novas formas, novos métodos de negociação sobre uma substância que, a nosso critério, era fundamental: o redirecionamento do comércio, a preservação dos recursos regionais, em definitivo.

Do ponto de vista de nossa avaliação, a República Argentina, Senhor Presidente, negociou com todas as Delegações, salvo uma, com quem teve no final um princípio de negociação.

Houve Delegações com as quais obtivemos pleno acordo; tanto é assim que com algumas chegamos; oferecemos a outra concretizar estes acordos em nível de acordos de alcance parcial para ir progredindo neste caminho da substância comum.

//

mas

//

Observamos, ao mesmo tempo, e assim comunicamos oportunamente, Senhor Presidente, que geralmente estas negociações não estavam difundidas. Manifestamos que na Secretaria-Geral há informações argentinas, que foram publicadas; estabelecemos negociações de acordos, com disposição argentina de produzir e conceder as compensações que forem necessárias, mas com uma firme preocupação de que a este acordo multilateral se chega na medida em que for manifestada a vontade de todas as partes e que para isso não correspondia apenas negociações entre três, quatro, cinco países, senão que deveriam ocorrer entre todos.

Manifestamos, em mais de uma oportunidade, que estamos dispostos a realizar nossos interesses comerciais sobre a substância deste programa em nível de acordos de alcance parcial, que aspiramos a que este seja um programa de natureza multilateral, um programa de natureza multilateral conseqüente com as expressões políticas de nossos Governos, conseqüente com as necessidades da expansão do comércio, conseqüente com as necessidades de ajustar, por meio destes mecanismos, positivamente devido à crise.

Não obstante, reconhecemos, do ponto de vista argentino, dificuldades objetivas. Entendo que devemos começar a imaginar caminhos alternativos, no âmbito desta Resolução, para poder alcançar seus objetivos sem gerar os desequilíbrios que eram nossas preocupações fundamentais.

Dai, Senhor Presidente, que -como em sessões anteriores- a Delegação argentina comparece a esta reunião com o espírito mais amplo; temos uma política negociadora; temos um objetivo que é obter um acordo multilateral; da mesma maneira que estamos firmemente dispostos a concorrer a um acordo desta natureza com as partes que, em última instância, não apenas tenham uma política negociadora, senão que estejam dispostas a pôr sobre a Mesa um pacote comercial transcendente.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Delegação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Senhor Presidente, depois de ouvir as expressões do Senhor Delegado da Argentina queríamos fazer uns esclarecimentos.

Do nosso ponto de vista, a própria Resolução do Conselho de Ministros já dava os elementos substantivos para a formação de um Programa de Recuperação e Expansão do Comércio, com diretrizes muito claras quanto à orientação de procurar concentrar na região as correntes comerciais mais significativas de produtos importados em quantidades muito apreciáveis de terceiros países.

Ficava somente pendente uma mecânica encaminhada à formação do protocolo respectivo para que pudesse ser firmado um procedimento de negociação visando tratar de obter as compensações que não surgissem das próprias listas apresentadas e, obviamente, como primeiro ponto, a apresentação de listas que contemplem sem uma percentagem, estabelecida em forma indicativa, eu diria, mas com bastante precisão quanto ao número de produtos que cada Parte Contratante deveria apresentar.

mas

//

//

Nossa orientação, por conseguinte, frente a esta decisão dos Senhores Chanceleres, foi cumprir o primeiro requisito, que era apresentar as listas. E consideramos, ao apresentar nossa lista, que cumpríamos com o prescrito na Resolução do Conselho de Ministros e que estimávamos complementarmente que não tínhamos necessidade de entrar em negociações com as demais Partes Contratantes, porque não procurávamos, frente à apresentação, eu diria não total, inclusive imperfeita, de outras listas, não considerávamos oportuno entrar no pedido de compensações e, por conseguinte, considerávamos desnecessário entrar nesse processo de negociação. Nessa situação estamos no momento atual. Ou seja, estamos em condições de aprovar ou de subscrever o Protocolo correspondente, confirmamos nossa lista de ofertas para a formação do Programa e não temos necessidade de entrar nem persistir em negociações com os demais países; não estamos solicitando compensações e, por conseguinte, não cremos que estamos no caso também de atender pedidos de compensações, salvo que fossem uma coisa muito particular e muito notória.

Compreendemos que outros países tiveram dificuldades para poder não apenas formar suas listas, senão também para poder avaliar os resultados do cruzamento de posições respectivas e, portanto, consideramos razoável entrar em um processo negociador para tratar de alcançar o equilíbrio necessário.

Lamentamos, Senhor Presidente, que a esta altura das circunstâncias, com o tempo transcorrido desde que os Senhores Chanceleres aprovaram a Resolução respectiva e com as tentativas progressivas de negociações um pouco interrompidas por circunstâncias talvez alheias à vontade dos negociadores, não se tenha completado esse processo, o que, indubitavelmente, significa que é muito provável que esta Conferência não possa cumprir com o propósito de estabelecer as normas necessárias para pôr em execução o Programa aprovado pelos Chanceleres.

E de se supor, segundo o conversado, que podem surgir algumas outras idéias e de que haja alguma proposta concreta, que atenderemos e examinaremos com o maior cuidado. Simplesmente nesta circunstância desejaríamos manifestar nossa preocupação pelo fato de que o processo de elaboração deste Programa tenha experimentado as demoras que conhecemos; e cremos que já devemos considerar que estamos na última instância, no último período, no qual devemos tomar uma decisão concreta, pois trata-se de um mecanismo multilateral, como manifestou o Senhor Delegado da Argentina, que tem uma transcendência bastante grande para os destinos da Associação, no que diz respeito ao retorno a formas multilaterais que na primeira etapa de funcionamento da ALADI não puderam ser colocadas em funcionamento.

Por conseguinte, Senhor Presidente, além de fazer um chamado aos demais países para que tratemos, a partir deste instante de efectivamente entrar na parte final deste assunto, continuamos manifestando que se neste momento, nesta ocasião, se pudesse formar um grupo de países que estivessem em condições de aprovar o Programa de Recuperação e Expansão do Comércio, o Uruguai estaria em condições de subscrever com eles o Protocolo correspondente.

Delegação do MEXICO (Eduardo Alcaraz Ortiz). Quero também reiterar brevemente que a posição do Governo do México com relação à Resolução 15 (III) do Conselho de Ministros é de fazer todos nossos esforços pelo cumprimento desta Resolução.

//

Como bem foi manifestado aqui, a idéia da mesma foi uma proposta que teve sua origem no Governo do México e, portanto, devemos ser coerentes com essa iniciativa. Por conseguinte, reiteramos nosso oferecimento com referência à lista mexicana oportunamente distribuída; estamos, não obstante, com a melhor disposição para realizar as negociações que se considerem pertinentes no caso daqueles países que estimem oportuna a compensação. A esse respeito, podemos entrar nesse exercício, uma vez que já avaliamos o que significam para o México as ofertas dos demais países. Consultamos então como nosso setor privado e sabemos com precisão o que realmente significam para nossos interesses comerciais.

Com base nessas expectativas, estamos dispostos a fazer as consultas pertinentes em forma bilateral, sempre entendendo que chegaremos ao cumprimento dos objetivos desta Resolução.

Eu gostaria de fazer esforços razoáveis para que o mecanismo continuasse sendo multilateral. Logicamente, na medida em que se tornem rígidas as posições, não haverá mais caminho que procurar uma saída alternativa, mas creio que vale a pena esforçar-nos pelo aspecto multilateral do mecanismo. Mas creio que seria pior para a Associação não ter nada, não contar com nenhum mecanismo em prol de uma multilateralidade que talvez não se chegue a um acordo, do qual pelo menos alguns países possam participar; ou um mecanismo que, sem alterar substancialmente os princípios da Resolução 15 (III), possam dar-nos outra saída. Aproveitando que já foram feitas estas ofertas, aproveitando que já há listas circulando, pelo menos isso é um progresso. Portanto, estamos nesta Conferência, nestes cinco dias da Conferência, com o melhor ânimo de poder chegar a soluções satisfatórias. Mas creio que o Senhor Embaixador do Uruguai tem muita razão: já devemos dar uma saída final a este problema.

Delegação do BRASIL (Samuel Pinheiro Guimarães). Quería apenas fazer um esclarecimento: teremos uma tradução em espanhol?

SECRETARIO-GERAL. Sim, Senhor Delegado.

Delegação do BRASIL (Samuel Pinheiro Guimarães). Creio que talvez se possa aguardar a tradução para que possamos fazer os comentários sobre esta proposta.

PRESIDENTE. Estamos aguardando, Senhor Delegado do Brasil, a versão em espanhol de sua proposta e em uns minutos estará sendo distribuída e em poder dos Senhores Delegados.

Delegação do BRASIL (Samuel Pinheiro Guimarães). Senhor Presidente, creio que todos os Senhores Delegados têm uma cópia da versão em espanhol.

Solicitaria, Senhor Presidente, que os comentários fossem feitos na sessão da Comissão de Coordenação.

PRESIDENTE. Encontra-se em poder dos Senhores Delegados a apresentação e proposta do Brasil sobre o Programa de Recuperação e Expansão do Comércio.

//

mas

//

Outrossim, escutaram o desejo de que essa Proposta fosse considerada in ex
tenso em uma reunião da Comissão de Coordenação.

Não havendo opinião em contrário, proceder-se-á dessa forma.

Delegação do MEXICO (Eduardo Alcaraz Ortiz). Senhor Presidente, creio que
é muito importante este Programa, mas poderiam ser feitas algumas perguntas ago
ra a Delegação do Brasil ou deixaríamos para formulá-las na Comissão de Coordena
ção? Pele menos para poder reagir, talvez, melhor quando se realize a reunião
da Comissão de Coordenação.

PRESIDENTE. Senhor Delegado do México, ia encerrar esta Sessão Plenária pa
ra depois realizar uma reunião da Comissão de Coordenação para tratar o tema pro
fundamente.

No entanto, antes de culminar com esta Sessão Plenária, também em poder dos
Senhores Delegados está nossa agenda do Oitavo Período de Sessões e quero lem
brar-lhes que todo o ponto 4 desse temário está para ser visto até 6 de junho,
se em algum momento não podemos tratar nesta ocasião todos os temas.

Bem, Senhores Delegados, encerra-se a sessão.
